

SLOGANS DA MEMÓRIA: PERTENCER E (R)EXISTIR NA PALESTINA HISTÓRICA

Nina Galvão
Universidade de São Paulo
Programa de Pós Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades
nina.f.c.galvao@gmail.com

Resumo

A questão palestina configura, como quase toda disputa política contemporânea, um campo de memórias em disputa. A memória coletiva, e em particular a memória nacional, está no cerne da constituição da identidade de qualquer comunidade, e a questão palestina é, portanto, enquadrada pela memória coletiva e pela identidade de palestinos e de judeus israelenses. Proponho olhar para uma forma específica na qual estrutura-se a linguagem dessas memórias: os slogans. Analisando a afirmação sionista de que a Palestina era, ao final do século XIX, “uma terra sem povo para um povo sem terra”, bem como a máxima palestina de que “existir é resistir”, debruço-me sobre o alcance prático de ambas as formulações. Se a colonização sionista da Palestina produziu uma imagem muito específica do território, os palestinos elaboram e veiculam seus próprios olhares a seu respeito. Assim, abordo os dois slogans afim de discernir a autoimagem espelhada por sionistas e palestinos sobre seu passado. Argumento que essa identidade passa, em ambos os casos, pela afirmação de uma conexão particular com a terra que precisa ser projetada sobre o passado e que pode ser resumida, para o sionismo, na ideia de “redenção” e, para os palestinos, na de “resiliência”.

Palavras-chave: Questão Palestina. Memória. Identidade.

A memória e a questão palestina¹

Um impasse político contemporâneo de primeira grandeza, o chamado conflito Israel/Palestina costuma ser abordado em análises que privilegiam discussões acerca da situação econômica e geopolítica da região. Aqui, no entanto, proponho um olhar que enxerga como um problema de disputa de narrativas, ou de enquadramentos narrativos que disputam espaços de visibilidade. A sensação de que fatos amplamente conhecidos a respeito da história da Palestina não parecem coincidir com a representação comumente aceita dessa história é o que transforma a questão não apenas em um problema de disputa de narrativas históricas, mas de memórias.

¹Adoto a nomenclatura cunhada por Edward Said no livro *A questão da Palestina* (2012). Prefiro a expressão a outros termos comumente utilizados para tratar do tema, como o “conflito Israel-Palestina”, a “Guerra Árabe-Israelense” ou “disputa entre judeus e palestinos”, por acreditar que ela não apenas engloba as múltiplas facetas do problema como evita tomar a questão por uma disputa entre forças iguais ou correlatas.

O trabalho de memória realizado pelos diversos atores nela imbricados possui um significado político particular e uma centralidade única tanto para o projeto sionista de colonização do território quanto para os esforços de resistência palestinos, pois é impossível pensar tanto a historiografia como os estudos em torno da memória palestina dissociando-os do quadro do conflito em que estão mergulhados. Edward Said (2012), Nur Masalha (2012) e Rashid Khalidi (2010) são apenas alguns dos autores que destacam o fato de que o passado de israelenses e palestinos está de tal forma entrelaçado que se torna muito difícil pensar qualquer âmbito da vida de um sem tecer considerações sobre o outro. Em muitos sentidos, é a memória que confere fundamento às reivindicações de ambos, e é portanto para a memória que devemos olhar ao tentar discernir as linhas de força que se entrecruzam na manutenção do impasse que assola a região há mais de sete décadas.

Compreendida como um fluxo complexo de representações que estruturam a relação de uma comunidade com seu passado, a memória coletiva, como já auferia Maurice Halbwachs (1990) em sua obra seminal, é essencial na conformação e difusão de qualquer identidade grupal, sendo particularmente marcante seu papel no estabelecimento das identidades nacionais. Aqui, como em qualquer identidade coletiva, a questão fundamental é, como ressalta o sociólogo alemão Norbert Elias (2000, p. 37),

Saber como e por que os indivíduos se percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles”.

Nessa perspectiva, a identidade de todo grupo ou comunidade envolve algum tipo de fantasia coletiva que sustenta, individualmente em cada membro do grupo esse laço de pertencimento. As esferas de produção e manutenção dessas fantasias são complexas e variadas, mas a conformação de uma memória coletiva partilhada por todos possui uma força especial enquanto elemento aglutinador. Como aponta o sociólogo israelense Eviatar Zerubavel (2003, p. 3), “ser social pressupõe a habilidade de experimentar coisas que aconteceram com o grupo ao qual pertencemos muito antes de nos juntarmos a ele como se fossem eventos do nosso próprio passado pessoal”. A

identificação, portanto, pressupõe uma incorporação do passado, uma comunhão que ajuda a formar um *nós* a partir da memória compartilhada.

Somando tais considerações às afirmações tanto de Eric Hobsbawn (1997) como de Benedict Anderson (2008) acerca do caráter inventado e inventivo dos movimentos nacionalistas, creio que a memória nacional pode ser perscrutada em seus vários quadros de organização e formas de expressão de modo a discernir-se qual o sentido que tais fantasias assumem na conformação da autoimagem de um grupo, bem como as suas implicações políticas mais profundas.

Os slogans e os slogans da memória

Proponho, no contexto da questão palestina, uma apreciação das memórias expressas em uma forma linguística muito específica e nada estranha às construções nacionalistas, os slogans. Como define o filósofo norte-americano Israel Scheffler (1974, p.46) ao abordar seu impacto no meio educacional, os slogans são expressões “populares” as quais “proporcionam símbolos que unificam ideias e atitudes chaves de movimentos”, assim “exprimindo e promovendo ao mesmo tempo a comunidade de espírito que o formula, adota e veicula”.

Trata-se de uma forma de linguagem que convoca, por definição, à irreflexão. Slogans não estão postos para ser meditados ou para ter seus conteúdos literais ponderados, e sim para serem “repetidos com veemência” e de maneira “estimulante” (SCHEFFLER 1974, p. 46). É inútil, via de regra, opor-se a eles por meio da crítica ao seu conteúdo expresso ou às suas asserções diretas, pois os slogans não pretendem retratar com exatidão a realidade, mas sim veicular uma imagem a seu respeito que exprima o espírito e as aspirações do grupo que os adota. Nesse sentido, a crítica mais pertinente a se fazer ao examinarmos um determinado slogan é a do “movimento prático que o originou e da doutrina da qual nasceu” (SCHEFFLER 1974, p. 47). E, no entanto, na medida em que assumem vida própria e passam a ser, por vezes, “defendidos como afirmações literais e atacados como tais” (SCHEFFLER 1974, p. 48), a discussão sobre alguns *slogans* acabam um tanto desvirtuadas.

Para refletir sobre o modo como a memória é traduzida em certos slogans que implicam objetivos políticos específicos, trago em primeiro lugar a conhecida afirmação sionista de que a Palestina era, em fins do século XIX, “uma terra sem povo para um povo sem terra”. A formulação adquire uma relevância particular devido à incredulidade de diversos autores diante da sua durabilidade e capacidade mobilizadora enquanto significante nacional para o movimento sionista e o Estado de Israel. Como demonstram Pappé (2016), Khalidi (1992), White (2012), Masalha (2012) e muitos outros autores, a Palestina nunca foi – e os líderes do movimento sionista sempre estiveram muito a par desse fato – uma terra sem povo. De onde vem então tamanha potência?

“Uma terra sem povo para um povo sem terra” e o enredo nacional sionista.

Como afirmei, o conteúdo literal do slogan em questão é patentemente falso, e mesmo o mais fervoroso líder do movimento nacional judaico não poderia ter a menor dúvida de que a Palestina não era, ao final do século XIX, uma “terra vazia”, sendo de fato habitada por muitas milhares de pessoas difíceis de se ignorar. Ou seja, “tomado literalmente, o slogan constitui um malogro manifesto, não podendo ser utilizado como uma premissa séria em nenhum argumento” (SCHEFFLER 1974, p. 50). E no entanto esta é uma expressão que atravessou o século XX e segue dotada de uma poderosa força de adesão por parte da comunidade judaica em Israel e alhures, o que levanta a necessidade de tentarmos avaliar o seu “alcance *prático*, os objetivos que ele simbolizava e as tendências políticas com as quais estava associado” (SCHEFFLER 1974, p. 49). Qual era o seu propósito? Conhecer o contexto no qual tomou forma a mensagem revela-se essencial para que possamos compreender a sua relevância.

O slogan “uma terra sem povo para um povo sem terra” passou a ser difundido ao mesmo tempo em que o movimento por autodeterminação nacional judaica se lançava decididamente no esforço de colonização do território da Palestina histórica, se engajando cada vez mais, através do Fundo Nacional Judeu, na compra de terras e no estabelecimento de colônias cujas relações com os habitantes palestinos nativos da região foram se tornando cada vez mais tensas. Se de início o movimento sionista

adquiria suas terras de grandes proprietários árabes residentes em Beirute ou Damasco e permitia que os camponeses locais – os quais, na maior parte das vezes, não compartilhavam das mesmas noções de propriedade privada da terra – continuassem residindo ali e cultivando-as; conforme ganhava força dentro do movimento sionista o paradigma de um trabalho exclusivamente judeu nas novas comunidades, cessava o emprego da mão de obra dos camponeses palestinos, os quais viam-se subitamente expulsos da terra que somente então descobriram não ser sua².

Assim, muito antes de 1948 e da fundação de Israel, o sucesso da colonização sionista do território teve como consequência fundamental para os palestinos a perda das suas terras e do seu modo de vida camponês, e esses dois elementos são cruciais para que possamos compreender as dimensões simbólicas da questão palestina. Para o nascente movimento sionista, a ideia da Palestina como uma “terra vazia” tornou-se central para o enredo no qual estruturou-se a memória nacional judaica. De acordo com o Zerubavel (2003), é a estruturação da memória coletiva em um enredo particular que lhe confere relevância para a autoimagem e a identificação de uma comunidade. No caso do movimento por determinação nacional judaico, um enredo mnemônico particular ajudou a instaurar um Estado compreendido ao mesmo tempo com demograficamente e historicamente *judeu*.

Segundo Zerubavel (2003, p. 43), a própria escolha da Palestina como o lugar onde deveria ser fundado o Estado se deveu à possibilidade de conexão histórica daquele território com uma história do povo judeu, de modo que

Um altamente romantizado elo “natural” entre geografia e nacionalismo da mesma forma ressalta o significado especial de Sião para o movimento político moderno que basicamente deriva toda sua identidade pública de seu nome. Para o sionismo, a paisagem física da Palestina literalmente conecta a falha de 1800 anos separando seus habitantes modernos e antigos.

É nessa paisagem, descrita como “vazia” a despeito dos seus milhares de habitantes árabes palestinos, que se desenrolará o enredo nacional sionista que cristaliza a memória nacional judaico-israelense em torno da ideia fundamental de perseguição. A história que qualquer judeu israelense saberá contar sobre o passado nacional é, essencialmente, a história de uma perseguição milenar aos judeus *enquanto povo* que,

² Para uma descrição aprofundada desse processo, ver KHALIDI, 2010.

portanto, iniciou-se muito antes do estabelecimento do Estado e poderia se perpetuar indefinidamente. Enquanto narrativa nacional, ela aparece nos mais diferentes lugares, desde o sistema educacional público, o estabelecimento de museus e memoriais, em propagandas de toda espécie e no próprio calendário nacional. Como comenta Zerubavel (2003, p. 5), ser judeu e crescer em Israel significa ser “socializado na tradição sionista de narrar a história dos judeus da Europa exclusivamente em termos de perseguição e vitimização”. Nessa narrativa, a fundação do Estado aparece como ponto de inflexão fundamental, uma pontuação que marca uma guinada da história judaica de uma trajetória até então descendente de declínio e perseguição constantes para um “novo começo” que dará início a um caminho agora ascendente.

A imagem da Palestina como uma terra “vazia” se encaixa perfeitamente nessa ideia, bem como a representação sionista convencional dos judeus europeus que chegaram na Palestina em 1882 como os “primeiros” imigrantes de Israel – estabelecendo um ponto de partida histórico para o Estado que ignora não apenas a realidade da presença palestina na terra, mas uma presença judaica anterior à segunda metade do século XIX. Assim, Zerubavel (2003, p. 95) reforça que

Não é preciso dizer que relembrar os judeus que vieram para a Palestina em 1882 como os “primeiros” colonos do país também implica uma obliteração mnemônica de todo judeu que emigrara para a região antes disso – para não mencionar todos aqueles que nunca deixaram o país durante os dezoito séculos convencionalmente retratados na historiografia sionista como o período do “exílio”, quando todos os judeus estavam supostamente vivendo fora de sua terra natal. Além disso, essa representação implica implicitamente suprimir a memória de todos os não-judeus que lá viviam quando esses imigrantes judeus chegaram, ajudando assim a projetar uma visão inconfundivelmente eurocêntrica da Palestina pré-1882 como um lugar praticamente vazio e desolado à espera de ser colonizado por aqueles judeus “pioneiros”.

A Palestina era, nesse imaginário, uma terra tão castigada quanto era castigado o povo judeu na Europa, e aguardava a vinda deste mesmo povo para realização conjunta da sua dupla redenção. O *novo homem judeu*, em tudo distinto do *velho* judeu europeu dos guetos, acuado e vitimizado por séculos de antissemitismo, ou ainda anulado pelo pendor assimilacionista, colonizará com as suas próprias mãos o território inóspito e estéril, “fazendo o deserto florescer” – um outro popular slogan sionista - através do seu árduo trabalho.

Figura 1 – “Ajude-o a construir a Palestina”. Cartaz sionista dos anos 1930.



Fonte: The Palestine Poster Project. Disponível em: <https://www.palestineposterproject.org/poster/help-him-build-palestine>

O alcance prático da formulação “uma terra sem povo para um povo sem terra” reside portanto na projeção de uma imagem da Palestina que o movimento sionista jamais deixou de perseguir; qual seja, a de um território o mais livre de árabes palestinos possível. Essa paisagem, por sua vez, foi e segue sendo construída materialmente por práticas colonizadoras e políticas do Estado³ que garantem cada vez mais a ausência de marcas palestinas no território

Assim, é em um enredo que apresenta a manutenção do caráter judeu do Estado como o ponto de virada redentor em uma história milenar de perseguição que a identidade judaica projetada por Israel encontra o substrato emocional que lhe confere aderência. O tamanho da importância atribuída ainda hoje à manutenção de uma balança demográfica que garanta uma indiscutível maioria judaica em Israel – um tópico

³ Dentre tais políticas, destaco a Lei do Retorno (1950) israelense, que determinada que todo e qualquer judeu do mundo pode “retornar” para Israel e tornar-se cidadão do Estado, excluindo qualquer menção à população de refugiados palestinos; bem como a Lei da Propriedade do Ausente (1950), que definiu todos os refugiados palestinos como “ausentes” do território e permitiu a incorporação das suas terras e propriedades pelo Estado de Israel. Ambas as leis podem ser consultadas no banco de dados de leis discriminatórias em Israel compilado pela organização *Adalah*: Centro Legal Para os Direitos da Minoria Árabe em Israel. A *Adalah* compilou, até o fim de 2017, mais de 65 leis israelenses que discriminam direta ou indiretamente palestinos israelenses ou residentes nos Territórios Ocupados com base na sua nacionalidade. O texto das leis no banco de dados está em árabe, hebraico ou inglês. Disponível em: www.adalah.org.

considerado questão de segurança nacional – é testemunha da força programática deste slogan particular e do princípio que veicula. Quer dizer, se o sentido descendente do enredo nacional judaico se encerra com o estabelecimento do Estado, a manutenção do seu caráter judeu é sempre lida como uma necessidade premente e a única resposta possível à perseguição histórica a que os judeus foram submetidos.

Por outro lado, o movimento nacional e os esforços de resistência palestinos não deixam de responder à negação da sua existência implícita no slogan sionista com as suas próprias formulações, as quais projetam também certas imagens sobre o passado e que podem ser resumidas no seu mais poderoso slogan, “existir é resistir”.

“Existir é resistir” e o enredo nacional palestino

Durante o estabelecimento do Estado de Israel entre 1947 e 1948 – período chamado pelos palestinos de *al-Nakba*, ou “a catástrofe” – cerca de 800 mil palestinos foram expulsos de suas terras e casas e subsequentemente impedidos de retornar, o que deu origem à maior população de refugiados do mundo (CLEMESH, 2009). Centro de um trauma que marca profundamente a identidade e a memória coletiva palestinas, a *Nakba* “é o ponto focal para o que pode ser chamado de tempo palestino”, o “ponto de referência para outros eventos, passados e futuros” (SA’DI; ABU-LUGHOD, 2007, p. 5, tradução nossa) uma vez que a experiência que engendrou é compreendida como um processo ainda em curso. Configura tanto o “ponto de partida” da história palestina contemporânea, o momento a partir do qual tudo parece ir “ladeira abaixo”, como a pontuação final de um processo histórico que adquire um novo rumo a partir de 1948 – algo como uma quebra de parágrafo ou mesmo uma mudança de capítulo na história palestina, que nunca mais será a mesma.

E no entanto, ao mesmo tempo em que é um ponto de inflexão específico, a *Nakba* constitui o próprio enredo distendido dessa história, ao qual novos episódios de violência e desgraças recorrentes vão sendo somados em uma narrativa ao mesmo tempo descendente e cíclica, repetitiva. Assim, não apenas as dificuldades atuais dos palestinos, mas toda a sua história desde 1948 remetem a essa tragédia inaugural que

conecta todas as atrocidades experimentadas desde então. De acordo com Lena Jayyusi (2007, p. 109–110, tradução nossa),

Tornou-se óbvio que a Nakba não era o último local coletivo do trauma, mas o que veio a ser visto, através do prisma de reiteradas desapropriações e revoltas, como o ponto fundamental em uma saga contínua de expropriação, negação e eliminação. Isso permitiu aos palestinos reinsereirem cada novo episódio em relação à intenção, visão e objetivo da ruptura original (...). A memória palestina e suas narrativas, então, devem estar localizadas relacionalmente neste contexto em que a cumulatividade das experiências que representam a intenção, a visão, o objetivo e a valência do original se reconectam a ele.

É a partir deste evento particular que o enredo predominante na narrativa nacional palestina torna-se indubitavelmente um de declínio, no qual episódios sucessivos e complementares de violência e desposseção passam a ser compreendidas de maneira contínua, uma tragédia constantemente reiterada e reatualizada uma vez que não se chegou a uma solução justa para a região.

É essa atualidade que nos ajuda a compreender, entre outras coisas, o modo como o direito de retorno dos refugiados palestinos configura o ponto central e inegociável do seu movimento de resistência e por que a esperança de retornar é um aspecto central da formação da identidade nacional palestina. Uma identidade que se apoia firmemente sobre um sentimento de aguda *nostalgia* daquilo que foi perdido em meados do século XX, qual seja, a ligação com a terra ancestral e seu modo de vida compreendido e retratado como tradicional. Eviatar Zerubavel (2003) afirma que a nostalgia é um sentimento característico das narrativas mnemônicas estruturadas sobre um enredo de declínio, as quais voltam-se saudosas para um passado idílico ou glorioso anterior ao início das desgraças.

Tal constatação vai ao encontro das análises da antropóloga Rochelle Davis (2011), que afirma ser esse sentimento latente de “nostalgia geográfica” um importante elemento para a cristalização da memória dos vilarejos palestinos destruídos em 1948 quase como paraísos bucólicos perdidos, promessas não cumpridas do que *poderia ter sido* – as quais, por sua vez, aprisionam o presente e o futuro palestinos em possibilidades invariavelmente frustradas. A autora analisa os livros de lembranças produzidos a respeito de muitos desses vilarejos por seus antigos habitantes, hoje

moradores de campos de refugiados no Líbano, e observa que tendem a se conformar a uma narrativa nacional já estabelecida que os idealiza e romantiza. Segundo Davis (2007, p. 54, tradução nossa), a realidade descrita nos livros “revela que eles estão posicionados no interior de um discurso nacional de glorificação da vida camponesa, de um cotidiano intrinsecamente ligado à terra”, o que permite compreender tanto a nostalgia característica de muitas lembranças palestinas pré-1948 quanto a força do imaginário que circunda a figura do camponês – o *fallah* –, central na construção dessa identidade.

De acordo com o antropólogo Ted Swedenburg (1990), a identificação metafórica com a figura do camponês é central para um movimento de resistência que se confronta com uma forma específica de colonialismo de povoamento, a qual tem na expropriação da terra palestina e na expulsão de seus habitantes seu ponto central. Para o antropólogo, “a esmagadora presença cultural do *fallah* flui do status ameaçado da nação palestina”, do fato de essa coletividade ser imaginada como “um povo cuja relação com seu território foi cortada repetidas vezes, cuja identidade é tênue e constantemente ameaçada” (SWEDENBURG, 1990, p. 19, tradução nossa). Essa ameaça, ainda que tenha atingido seu ápice com a tragédia da *Nakba* em 1948, foi compreendida nos seus primeiros anos justamente por pelos camponeses, que tiveram de se confrontar com o avanço da colonização sionista do território muito antes dos intelectuais e prósperos comerciantes das mais importantes cidades da Palestina. Rashid Khalidi (2010, p. 7, tradução nossa), em sua investigação da construção da identidade nacional palestina, ressalta que

A resistência camponesa palestina, iniciada há mais de um século, foi o primeiro prenúncio de um conflito que se concentrou no controle da terra e foi animado no lado palestino por uma dinâmica muitas vezes impulsionada de baixo, e não de cima. Foram os camponeses expulsos de suas terras agrícolas devido às aquisições de terras sionistas (...) nos séculos XIX e XX que primeiro entenderam a natureza do processo de colonização que afeta a Palestina. Sua luta por seus direitos, por sua vez, alertou os intelectuais urbanos que, a partir de então, desempenharam um papel proeminente na oposição ao sionismo, ao mesmo tempo em que ajudavam a moldar a identidade palestina.

A proeminência da figura do camponês na construção da memória nacional palestina, portanto, enfatiza o vínculo perdido com o território, assim como as raízes

populares da resistência nativa à colonização sionista. A imagem de uma luta que emergiu “de baixo para cima”, independente das “elites” urbanas e liderada pelas camadas populares no campo, tem enorme significância para a construção da identidade palestina até hoje.

Em um contexto no qual a expropriação da terra e a expulsão dos seus habitantes constitui o cerne da forma específica de colonialismo de povoamento com a qual se defrontam os palestinos, a figura do camponês encarna a oposição legítima ao processo de desenraizamento em curso desde 1948. A autenticidade do vínculo do *fallah* com o território palestino é simbolicamente reivindicada em oposição à artificialidade da apropriação e colonização sionista da terra, e a incorporação dessa figura à memória nacional palestina fez com que assumisse características míticas profundamente idealizadas. “À medida em que o discurso nacionalista remolda a memória a fim de transformar o camponês em um símbolo”, escreve Swedemburg (1990, p. 19), “o *fallah* é capaz de servir como um significante que une e mobiliza em virtude do fato de que dissimula diferenças passadas e presentes dentro do movimento nacional”.

Assim, se o que se expressa nos slogans nacionalistas sionistas é a imagem de uma Palestina livre dos seus incômodos habitantes nativos, o conteúdo programático do mais emblemático *slogan* palestino, “Existir é Resistir”, é uma patente recusa a aceitar essa obliteração. Se o sionismo afirma a inexistência palestina, os palestinos fazem da determinação em permanecer a sua maior forma de resistência. O camponês como metáfora central para a identidade palestina faz-se presente também nessa máxima poderosa, que nos permite compreender a centralidade de símbolos nacionais como a *oliveira*, tão importante no imaginário palestino que é frequentemente representada nas paredes dos campos de refugiados na Cisjordânia ocupada e em outros países no Oriente Médio.

A árvore, com suas raízes profundas, difíceis de arrancar, e sua capacidade de sobreviver nos ambientes mais inóspitos sujeita às maiores privações, é uma alegoria da terra e de seus habitantes, encarnando a ideia distintamente palestina de *sumud*⁴ – a determinação de permanecer na terra apesar de toda a expropriação e as pressões da ocupação – e, portanto, a única resposta cabível diante da negação radical e material da

⁴ Em inglês, “steadfastness”: palavra de difícil tradução que significa a capacidade de se manter o mesmo por um longo período de tempo, uma espécie de determinação inabalável e resoluta de *permanecer*.

sua existência promovida por Israel. Trata-se, portanto, de uma metáfora ao mesmo tempo descritiva e prescritiva, que valoriza positivamente a resistência palestina ao mesmo tempo em que rejeita qualquer perspectiva de que venha a fraquejar.

Figura 2 – Grafite de uma oliveira em uma parede no campo de refugiados de Dheisheh, em Belém, na Cisjordânia ocupada



Foto: Nina Galvão, janeiro de 2017.

Essa *teimosia* ou resiliência palestina diante da política agressiva do Estado surge como um traço de caráter nacional, reafirmado por seu principal slogan. A afirmação de uma identidade nacional que partilha de certos símbolos carregados de significados comuns – como a ligação com a terra e seu cultivo, o apreço pela vida no campo, a oliveira –, é importante enquanto forma de resistência no contexto da disputa política com um Estado extremamente bem articulado em seus esforços para enfatizar a sua própria conexão e pertencimento no território em disputa.

Conclusões

Parece-me suficientemente clara a impossibilidade de se abordar a questão palestina sem levar em consideração as dimensões simbólicas das disputas políticas travadas por israelenses e palestinos. Neste sentido, as formas de organização do passado que compõem a memória nacional dos diversos atores aqui imbricados são centrais para que possamos compreender este impasse político fundamental da contemporaneidade.

Uma vez que “as comunidades [nacionais] se distinguem não pela sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON 2008, p. 33), é nessa perspectiva que devemos considerar a construção nacionalista das memórias que circulam na questão palestina. Qual seja, não cabe olhar para esses construtos buscando desmascarar sua falsidade ou suas imprecisões factuais, e sim como elementos que colaboram para a criação, manutenção e difusão de um sentimento de identidade e pertencimento no interior da comunidade.

Se toda identidade envolve um processo através do qual algo externo é transformado em algo interno, uma passagem de um fora para um dentro, é também um esforço de demarcação de presenças e ausências mediado pela memória. Pois o que entra e o que sai, “o que queremos comer e o que queremos cuspir” (KOLTAI 2000, p.22), traduz-se nos termos de uma identidade nacional através da seleção de elementos do passado, reais ou imaginários, que vão cristalizar e difundir uma certa imagem que a nação tem de si.

No contexto da questão palestina, observa-se como dois *enredos mnemônicos*, expressos na forma de slogans nacionalistas poderosos, opõem-se em construções opostas do passado que têm em comum, não obstante, o ímpeto de demonstrar uma particular ligação de cada comunidade com a terra da Palestina histórica.

No enredo nacional israelense, os judeus aparecem como vítimas históricas de uma perseguição imemorial que se repetiu ininterruptamente ao longo de mais de dois mil anos, e que só pode ser redimida através do estabelecimento do Estado de Israel como um Estado Judeu. A redenção do “povo sem terra”, por sua vez, haveria de ser realizada em um território fantasticamente “vazio”, no qual judeus do mundo todo pudessem deixar para trás os séculos de perseguição vividos na diáspora e se lançar, com as próprias mãos, em um novo e poderoso começo. A Palestina aparece, nessa narrativa,

como uma terra distintamente judaica, não apenas por sua herança histórica e cultural dos tempos bíblicos, mas por ser o berço e o *produto* do esforço e da construção do *povo*⁵ judeu, tanto no antigo Reino de Israel quanto na fundação do seu Estado contemporâneo.

Se a apropriação das terras palestinas foi e é central para os esforços de colonização sionistas, ela tem como contrapartida ainda mais fundamental a expulsão, ou *limpeza*⁶ dos palestinos dessa mesma terra – a qual não estava de modo algum vazia. Diante disso, o enredo nacional palestino afirma a ligação profunda com o território, corporificada na figura do camponês, como forma de resistência diante dos contínuos processos de expropriação violenta perpetrados pelo Estado de Israel. É a resiliência palestina, a recusa coletiva em permitir que a paisagem da Palestina histórica seja, de fato, esvaziada de seus habitantes nativos, que é posta de encontro às aspirações sionistas.

Assim, se a narrativa sionista projeta a imagem de uma terra vazia a preconizar um *novo começo*, o laço palestino com o território que, hoje, está praticamente perdido, confere uma profundidade histórica à identidade nacional. Nesse contexto, é a simples existência palestina que desafia o enredo sionista-israelense de redenção da Palestina histórica e que se torna, então, sinônimo de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

⁵ Para uma discussão profunda a respeito da construção de uma ideia de *povo* judeu, ver a obra do historiador israelense Shlomo Sand, *A invenção do povo judeu* (2011).

⁶ É o fato de ter significado a expulsão proposital e direcionada dos palestinos do território, a fim de garantir uma maioria demográfica judaica, que faz com que o historiador Ilan Pappé (2016) descreva a fundação de Israel como “a limpeza étnica da palestina”.

CLEMESHA, Arlene. Os últimos dos excluídos: os refugiados Palestinos. **Caros Amigos**, São Paulo, p. 14–15, mai.2009.

DAVIS, Rochelle. *Palestinian Village Histories: Geographies of the Displaced*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

_____. “Mapping the Past, Re-creating the Homeland: Memories of Village Places in pre-1948 Palestine”. In: SA’DI, Ahmad H.; ABU-LUGHOD, Lila (ed). *Nakba: Palestine, 1948 and the claims of memory*. New York: Columbia University Press, 2007, p. 53–75.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JAYYUSI, Lena. “Iterability, Cumulativity and Presence: The Relational Figures of Palestinian Memory”. In: SA’DI, Ahmad H.; ABU-LUGHOD, Lila (ed.) (2007). *Nakba: Palestine, 1948 and the claims of memory*. New York: Columbia University Press, 2007, p. 107–133.

KHALIDI, Rashid. *Palestinian identity: the construction of modern national consciousness*. New York: Columbia University Press, 2010.

KHALIDI, Walid (ed.). *All that remains: the Palestinian villages occupied and depopulated by Israel in 1948*. Washington DC: Institute for Palestine Studies, 1992.

KOLTAI, Caterina. *Política e psicanálise. O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000.

MASALHA, Nur. *The Palestine Nakba: decolonizing history, narrating the subaltern, reclaiming memory*. London: Zed Books, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória. Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 34, 1992, p. 9–24.

PAPPÉ, Ilan. *A limpeza étnica da palestina*. São Paulo: Sundermann, 2016.

SA'DI, Ahmad H.; ABU-LUGHOD, Lila (ed.). *Nakba: Palestine, 1948 and the claims of memory*. New York: Columbia University Press, 2007.

SAID, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo: UNESP, 2012.

SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo*. São Paulo: Benvirá, 2011.

SAYIGH, Rosemary. *Palestinians: from peasants to revolutionaries*. Londres: Zed Press, 1979.

SCHEFFLER, Israel. *A linguagem da educação*. São Paulo: Saraiva, 1974.

SLYOMOVICS, Susan. *The object of memory: Arab and Jew narrate the Palestinian village*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998.

SWEDENBURG, Ted. “The Palestinian Peasant as a National Signifier”. **Anthropological Quarterly**, 63, n. I (Janeiro), p. 18–30, 1990.

ZERUBAVEL, Eviatar. *Time maps: Collective Memory and the Social Shape of the*

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Past. Chicago: Chicago University Press, 2003.